



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVO-FINANCEIRA
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – Exercício 2018

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO DE 2018

UFCG/PRGAF/CCF
Campina Grande, 2018



Vicemário Simões

Reitor

Camilo Allyson Simões de Farias

Vice-Reitor

Vânia Sueli Guimarães Rocha

Pró-Reitora de Administração/Ordenadora de despesas

Fabiana Cavalcante de Matos Brito

Gestora Financeira

Kátia Bezerra de Lima

Gestora Financeira Substituta

Júlio César Almeida Chagas

Contador Titular – CRC/PB nº 005083/O-4

Nivaldo Silva do Rego Júnior

Contador Substituto – CRC/RN nº 008521/O-0

Alex Oliveira Nascimento

Chefe da Divisão de Empenhos

Honório Cordeiro Pedrosa

Chefe da Divisão de Liquidação

Vicente de Paula dos Santos Coelho Neto

Chefe da Divisão de Pagamentos

Daniel Sales de Assis

Chefe da Divisão de Convênios

Roberto Malheiros da Silva

Chefe da Divisão de Conformidade de Gestão



1. Natureza jurídica da entidade

A Universidade Federal de Campina Grande – UFCG é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, tendo sido criada pela Lei 10.419/2002, dotada de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial com sede na cidade de Campina Grande-PB. Tem por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

2. Base de preparação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as disposições contidas na Lei 4.320/1964, na Lei Complementar 101/2000, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, Normas expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional e demais normativos correlatos. As Demonstrações Contábeis estão expressas em reais (R\$) e foram extraídas do SIAFI – Sistema de Administração Financeira do Governo Federal. São elas:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Balanço Financeiro;
- c) Balanço Orçamentário;
- d) Demonstrações das Variações Patrimoniais;
- e) Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

3. Resumo das políticas contábeis adotadas

Avaliação e mensuração de ativos e passivos

Em face das mudanças ocorridas na contabilidade do setor público, com vistas à melhoria na informação contábil, os registros dos atos e fatos administrativos devem demonstrar de modo fidedigno a situação patrimonial da entidade. E para que isso se concretize, um dos aspectos mais relevantes é a utilização de critério de avaliação de ativos e passivos, que permita a mensuração adequada dos recursos controlados.

A adoção das NBC T 16.09 e 16.10 tem a finalidade de realizar procedimentos de mensuração de ativos e passivos, bem como o reconhecimento do desgaste dos bens, visando elaborar e divulgar as demonstrações contábeis de maneira que as mesmas sejam evidenciadas de forma convergente com as normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público.

A realização, avaliação e mensuração das disponibilidades, créditos e dívidas teve como metodologia adotada o valor original.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – Exercício 2018

Já para a mensuração e avaliação dos estoques foi adotada a metodologia do valor de aquisição, uma vez que para adotar o custo médio a entidade necessita de um novo sistema de controle de estoques, que está em fase de implantação.

Para avaliar e mensurar o imobilizado e intangível foi utilizado o valor de aquisição ou construção, deduzida a depreciação e amortização.

A UFCG está aplicando os dispositivos contidos nas normas brasileiras de contabilidade NBC T 16.9 e NBC T 16.10, o que tem impacto significativo sobre o resultado apurado no exercício em razão de dar maior fidedignidade às demonstrações contábeis, uma vez que os critérios de avaliação e mensuração dos ativos e passivos, assim como a depreciação e amortização expressas nas referidas normas estão em consonância com os princípios contábeis da oportunidade, competência e prudência.

3.1 Tratamento contábil da depreciação, da amortização, e da exaustão de itens do patrimônio

Foram aplicadas as disposições contidas nas normas brasileiras de contabilidade supracitadas para avaliar e mensurar os ativos e passivos, bem como foi realizada a depreciação dos bens móveis permanentes e a amortização dos bens intangíveis adquiridos.

A metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo tem como base o disposto na macrofunção 02.03.30 da Secretaria do Tesouro Nacional e contempla:

- (a) a capacidade de geração de benefícios futuros;
- (b) o desgaste físico decorrente de fatores operacionais ou não;
- (c) a obsolescência tecnológica;
- (d) os limites legais ou contratuais sobre o uso ou a exploração do ativo.

O método de cálculo dos encargos de depreciação e amortização é o das quotas constantes, visando tornar a informação consistente e comparável ao longo da vida útil dos bens.

4. Mudanças de critérios e procedimentos contábeis

Não houve mudanças relevantes de critérios e procedimentos contábeis neste exercício.



5. Balanço Patrimonial

5.1 Ativo Circulante

5.1.1 Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e Equivalentes de Caixa somaram a importância de R\$ 62.504.833,22 ao final do exercício de 2018, correspondendo a aproximadamente 24% do ativo circulante e representando uma variação de 462,15% em relação ao exercício de 2017. Tal variação ocorreu em razão da nova sistemática de emissão de ordens bancárias implantada pela Secretaria do Tesouro Nacional no dia 31.12.2018, amplamente divulgada através de comunicas SIAFI. Como reflexo dessa mudança as ordens bancárias de folha de pagamento foram emitidas no dia 02.01.2019, ficando evidenciado na conta contábil 111122003 – LIM DE SAQUE C/VINC.PAGTO- ORDEM PAGTO – OFSS, o montante de R\$ 56.597.499,23 destinado a quitação das obrigações decorrentes da folha de pessoal e seus encargos referentes a competência 12/2018.

5.1.2 Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

O saldo deste grupo é composto basicamente por adiantamento de 13º salário e férias a servidores, bem como de créditos a receber por cessão de pessoal a Estados e Municípios. Em relação ao exercício de 2017 houve uma variação negativa de 30,97% em parte ocasionado pela conciliação das contas de 13º e férias determinada pelo acórdão 1.322/2018 do Tribunal de Contas da União.

5.1.3 Estoques

Em 31.12.2018 os bens em estoque totalizavam R\$ 7.661.299,29, representando 2,93% do ativo circulante. Os estoques são compostos por materiais de consumo armazenados no Almoxarifado Central e Setoriais. Nas entradas os bens são avaliados pelo valor de aquisição, já nas saídas dos estoques a entidade está se adequando para efetuar a mensuração pelo método do custo médio ponderado.



5.2 Ativo Não Circulante

5.2.1 – Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação quando tiverem vida útil definida, bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que os mesmos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Em 31/12/2018, o órgão 26252 - UFCG apresentou um saldo de R\$ 261.067.466,53.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo imobilizado, para o exercício de 2018 em relação ao ano de 2017.

Tabela 01 – Imobilizado – Composição.

	31/12/2018	31/12/2017	(R\$) AH(%)
Bens Móveis			
(+) Valor bruto contábil	154.277.073,64	144.598.931,73	6,69%
(-) Depreciação/amortização/exaustão acum. de bens móveis	40.405.626,54	29.159.166,69	38,56%
(-) Redução ao valor recuperável de bens móveis			
Bens Imóveis			
(+) Valor bruto contábil	148.433.053,53	146.620.879,47	1,23%
(-) Depr./amortização/exaustão acum. de bens imóveis	1.237.034,10	787.980,00	56,98%
(-) Redução ao valor recuperável de bens imóveis			
Total	261.067.466,53	261.272.664,51	-0,07%

Fonte: SIAFI 2017 e 2018.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – Exercício 2018

5.2.1.2 Bens Móveis

Os Bens móveis em 31/12/2018 totalizavam R\$ 113.871,447,10 e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 02 – Bens Móveis – Composição.

	(R\$)		
	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas	65.142.586,95	61.967.177,19	5,12%
Bens de informática	31.624.515,45	29.769.929,01	6,22%
Móveis e utensílios	32.033.797,16	27.662.859,41	15,80%
Material cultural, educacional e de comunicação	12.252.925,30	11.977.431,34	2,30%
Veículos	12.594.949,89	12.593.231,89	0,01%
Demais bens móveis	628.298,89	628.302,89	-0,00%
Depreciação acumulada	40.405.626,54	29.159.166,69	38,56%
Total	113.871.447,10	115.439.765,04	-1,35%

Fonte: SIAFI 2017 e 2018.

Dos bens móveis registrados, 57% referem-se a máquinas, aparelhos, equipamentos e ferramentas.

Os móveis e utensílios tiveram uma variação positiva de cerca de 16% em razão das aquisições realizadas no exercício de 2018.

5.2.1.3 Bens Imóveis

Os bens imóveis em 31/12/2018 totalizavam R\$ 147.196.019,43, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Tabela 03 – Bens Imóveis – Composição.

	(R\$)		
	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Bens de uso especial	60.884.868,72	59.883.904,69	1,67%
Bens imóveis em andamento	84.025.649,18	83.214.439,15	0,97%
Instalações	2.717.460,48	2.717.460,48	0,00
Demais bens imóveis	805.075,15	805.075,15	0,00
Depreciação acumulada	1.237.034,10	787.980,00	56,98%
Total	147.196.019,43	145.832.899,47	0,93%

Fonte: SIAFI 2017 e 2018.

De acordo com a tabela anterior, os imóveis de uso especial correspondem a aproximadamente 42% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – Exercício 2018

A conta bens imóveis em andamento é composta por saldo de obras já finalizadas e de obras que estão sendo realizadas. A baixa contábil das obras concluídas foi iniciada no final deste exercício. Os registros das baixas são realizados no SIAFI e inseridas no SPIUNET.

Tabela 04 - Bens de Uso Especial – Composição.

	(R\$)		
	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Fazendas, parques e reservas	496.800,00	496.800,00	0,00%
Terrenos, glebas	15.132.682,59	14.266.518,56	6,07%
Imóveis de uso educacional	42.280.868,36	42.280.868,36	0,00%
Outros bens imóveis de uso especial	2.974.517,77	2.839.717,77	4,75%
Total	60.884.868,72	59.883.904,69	1,67%

Fonte: SIAFI 2017 e 2018.

(a) Reavaliação, redução ao valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão

Os procedimentos para registro da reavaliação, redução a valor recuperável, depreciação, amortização e exaustão na Administração Pública Direta da União, suas autarquias e fundações tem como base legal a Lei nº 4.320/1964, Lei Complementar nº 101/2000, NBCASP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFIWeb, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da STN e na Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

(a.1) Reavaliação

Segundo a Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014 os valores dos bens imóveis de uso especial da União, autarquias e fundações públicas federais deverão ser reavaliados, aqueles nos quais seja aplicado, a título de benfeitoria, valor percentual igual ou superior ao estipulado pela SPU; houver alteração de área construída, independentemente do valor investido; seja comprovada a ocorrência de quaisquer sinistros, tais como incêndio, desmoração, desabamento, arruinamento, dentre outros.

Os valores de bens imóveis de uso especial do órgão não foram reavaliados no último exercício em razão de dificuldades operacionais alegadas pela Secretaria do Patrimônio da União no Estado da Paraíba.

(a.2) Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A entidade não está realizando testes de redução ao valor recuperável e/ou reavaliação de imobilizado por não dispor de recursos humanos e materiais suficientes para tal.



(a.3) Depreciação, amortização ou exaustão de bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e bens móveis

A base de cálculo para a depreciação, amortização e exaustão é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos como os indiretos. O método de cálculo dos encargos de depreciação a ser utilizado para toda a Administração Pública direta, autárquica e fundacional para os bens imóveis que não são cadastrados no SPIUnet e para os bens móveis é o das quotas constantes.

Como regra geral, a depreciação dos bens imóveis não cadastrados no SPIUnet e dos bens móveis será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte à data da colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se, em caráter de exceção, o cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

(a.4) Depreciação de bens imóveis cadastrados no SPIUnet

A Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014, dispõe sobre procedimentos e requisitos gerais para mensuração, atualização, reavaliação e depreciação dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais, controlados pelo SPIUnet.

O SPIUnet é um sistema de cadastro e controle de imóveis da União e de terceiros utilizados pelos Órgãos Federais, que mantém atualizado o valor patrimonial dos imóveis. O sistema é interligado ao SIAFI para o reconhecimento contábil das adições, baixas e transferências, exceto a depreciação, que por sua vez é registrado no SIAFI por meio de um arquivo que é encaminhado pela SPU à STN, para que seja contabilizado no SIAFI.

O valor depreciado dos bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciável da acessão, utilizando-se para tanto o Método da Parábola de Kuentzle e a depreciação será iniciada no mesmo dia que o bem for colocado em condições de uso.

O Método da Parábola de Kuentzle distribui a depreciação ao longo da vida útil da benfeitoria, segundo as ordenadas de uma parábola, apresentando menores depreciações na fase inicial e maiores na fase final, o que é compatível com o desgaste progressivo das partes de uma edificação, o cálculo é realizado de acordo com a seguinte equação:

$Kd = (n^2 - x^2) / n^2$, onde:

Kd = coeficiente de depreciação

n = vida útil da acessão

x = vida útil transcorrida da acessão

A vida útil será definida com base no informado pelo laudo de avaliação específico ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela SPU, segundo a natureza e características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor.



5.2.2 Intangível

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável.

O órgão não gerou ativos intangíveis internamente nem obteve os referidos tipos de ativos a título gratuito.

Ativos intangíveis com vida útil definida foram amortizados utilizando o método de cálculo das quotas constantes.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, de acordo com a macrofunção 02.03.30 da Secretaria do Tesouro Nacional. O órgão não vem realizando anualmente os testes em relação a perdas por redução ao valor recuperável, em razão dos mesmos estarem num estágio incipiente na administração pública. Além disso, a Portaria nº 548/2015 da Secretaria do Tesouro Nacional definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Em 31/12/2018, havia um saldo de R\$ 203.566,74 relacionados a intangível.

Na tabela a seguir, é apresentada a composição do subgrupo intangível, para o exercício 2018 em relação ao ano de 2017.

Tabela 05 – Intangível – Composição.

	(R\$)		
	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Software com vida útil definida	36.000,00	8.000,00	350,00%
Software com vida útil indefinida	175.566,74	169.689,74	3,46%
Amortização acumulada	8.000,00	0,00	0,00
Total	203.566,74	177.689,74	14,56%

Fonte: SIAFI 2017 e 2018.



5.3 Passivo Circulante

5.3.1 Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo

Este item apresentou um saldo de R\$ 52.372.324,07, representando 85,73% deste grupo. Em comparação com o último exercício houve uma variação de 848,02%. Tão elevada variação ocorreu em razão da mudança na sistemática de emissão de ordens bancárias implantada pela Secretaria do Tesouro Nacional no final do dezembro de 2018. Em decorrência dessa mudança, as ordens bancárias relativas a folha de pagamento e encargos da competência 12/2018 não tiveram impacto no final deste exercício, tendo sido emitidas no dia 02.01.2019.

A composição das obrigações está demonstrada na tabela abaixo.

Tabela 06 – Obrig. Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais – Composição.

	(R\$)	
	31/12/2018	AV(%)
Salários, remunerações e benefícios	50.407.629,60	96,25%
Precatórios de pessoal	1.586.798,79	3,03%
Demais obrigações	377.895,68	0,72%
Total	52.372.324,07	100,00%

Fonte: SIAFI 2018.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – Exercício 2018

5.3.2 – Fornecedores e Contas a Pagar

Em 31/12/2018, a entidade apresentou um saldo em aberto de R\$ 2.103.961,19 relacionados a Fornecedores e Contas a Pagar, sendo todas as obrigações a curto prazo.

Apresentamos a seguir, uma tabela, onde fica evidenciado que todas as obrigações são a curto prazo e com fornecedores nacionais.

Tabela 07 – Fornecedores e Contas a Pagar – Composição.

	31/12/2018	31/12/2017	(R\$) AH (%)
Circulante	2.103.961,19	1.745.078,24	20,56%
Nacionais	2.103.961,19	1.745.078,24	20,56%
Total	2.103.961,19	1.745.078,24	20,56%

Fonte: SIAFI 2017 e 2018.

Na tabela a seguir apresentamos as unidades gestoras contratantes com valores mais expressivos de fornecedores e contas a pagar na data base de 31/12/2018.

Tabela 08 – Fornecedores e Contas a Pagar - Por Unidade Gestora Contratante.

	31/12/2018	(R\$) AV (%)
UG 1: 158196 - HUAC	1.254.381,07	59,62%
UG 2: 158195 - UFCG	633.368,99	30,10%
UG 3: 158197 – CFP	33.634,79	1,60%
Demais Unidades Gestoras	182.576,34	8,68%
Total	2.103.961,19	100,00%

Fonte: SIAFI 2018.

A UG 158196 – HUAC é responsável por cerca de 60% do total a ser pago.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – Exercício 2018

Na tabela apresentada a seguir, relacionamos os fornecedores com valores mais significativos em aberto, na data base de 31/12/2018.

Tabela 09 – Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor.

	(R\$)	
	31/12/2018	AV (%)
Fornecedor A: 07.990.965.0001-18 – Ágape Construções e Serviços Ltda	380.406,47	18,08%
Fornecedor B: 09.629.977/0001-47 – JJR Empreendimentos Ltda	180.827,43	8,60%
Demais fornecedores	1.542.727,29	73,32%
Total	2.103.961,19	100,00 %

Fonte: SIAFI 2018.

No final do exercício 2018 os valores devidos ficaram bastante pulverizados. Só consideramos individualmente valores devidos por fornecedor acima de R\$ 100.000,00. Os credores acima mencionados representam aproximadamente 27% do total a ser pago e estão registrados na conta 213110400 – Credores Nacionais a Curto Prazo. A seguir é apresentado o resumo das principais transações:

- (a) Fornecedor A – Ágape Construções e Serviços Ltda refere-se à prestação de serviços de apoio administrativo no campus de Cajazeiras, na competência 12/2018;
- (b) Fornecedor B – JJR Empreendimentos Imobiliários Ltda refere-se à execução de obra já finalizada no campus de Campina Grande, porém sub-judice.



5.4 Patrimônio Líquido

5.4.1 Resultados Acumulados

Este item é composto pelo resultado do exercício, resultados de exercícios anteriores e ajustes de exercícios anteriores.

O resultado do exercício é evidenciado mediante o confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e as variações patrimoniais diminutivas apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais, que apresentou ao final de 2018 valor negativo de R\$ 2.616.360,59. Em relação ao último exercício houve uma redução de -115,12%, que pode ser explicado pela retração nas variações patrimoniais aumentativas e elevação das variações patrimoniais diminutivas.

5.4.2 Ajustes de Exercícios Anteriores

Este grupo registra o saldo decorrente de efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a determinado exercício anterior e que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes.

A movimentação dessa conta registrou a amortização de softwares, baixa de créditos a receber por cessão de pessoal e baixa de adiantamento de 13º Salário e férias em cumprimento ao acórdão 1.322/2018-TCU referente ao exercício de 2017. Registrou também a depreciação acumulada de bens móveis do Hospital Universitário Alcides Carneiro relativa ao período de 2010 a 2017.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – Exercício 2018

5.5 Obrigações Contratuais

Em 31/12/2018, havia um saldo de R\$ 69.970.974,92 relacionados a obrigações contratuais, referentes a parcelas de contratos em execução no final do exercício de 2018 e a serem executadas no(s) próximo(s) exercício(s). Na tabela a seguir, estão segregadas essas obrigações, de acordo com a natureza dos respectivos contratos.

Tabela 10 – Obrigações Contratuais – Composição.

	(R\$)		
	31/12/2018	31/12/2017	AH (%)
Aluguéis	330.217,09	176.052,75	87,56%
Fornecimento de Bens	5.542.252,47	4.799.126,90	15,48%
Serviços	64.098.222,64	64.120.713,88	-0,35%
Total	69.970.974,92	69.095.893,53	1,26%

Fonte: SIAFI 2017 e 2018.

A maioria das obrigações contratuais está relacionada a contratos de serviços, principalmente serviços terceirizados que representam 92% do total das obrigações assumidas até 31/12/2018.

Em seguida, apresenta-se a tabela contendo a relação das cinco Unidades Gestoras contratantes, com valores mais expressivos na data base de 31/12/2018.

Tabela 11 – Obrigações Contratuais – Por UG Contratante.

	(R\$)	
	31/12/2018	AV(%)
UG 1: 158195 - UFCG	49.857.064,69	71,25%
UG 2: 158196 - HUAC	11.073.597,66	15,83%
UG 3: 150154 - CES	4.488.730,31	6,42%
UG 4: 158197 - CFP	1.739.197,28	2,49%
UG 5: 158705 - HUJB	1.325.842,98	1,89%
Demais Unidades Gestoras	1.486.542,00	2,12%
Total	69.970.974,92	100,00%

Fonte: SIAFI 2018.

As Unidades Gestoras 1 e 2 são responsáveis por aproximadamente 87% do total contratado.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – Exercício 2018

Na tabela apresentada a seguir, estão relacionados os 05 (cinco) contratados com os valores mais significativos e o saldo a executar, na data base de 31/12/2018.

Tabela 12 – Obrigações Contratuais – Por Contratado.

	(R\$)	
	31/12/2018	AV (%)
Contratado A: Zelo Locação de Mão-de-Obra	12.202.534,75	17,44%
Contratado B: Suprema Empreendimentos EIRELI	8.864.858,25	12,67%
Contratado C: Maq-Laren Máquinas Móveis e Eqtos. Ltda	5.427.502,96	7,76%
Contratado D: Força Alerta Segurança e Vigilância Patrimonial Ltda	5.051.200,85	7,22%
Contratado E: Edserv Locações e Serviços Ambientais EIRELI	4.365.070,43	6,24%
Demais Contratos	34.059.807,68	48,67%
Total	69.970.974,92	100,00%

Fonte: SIAFI 2018.

Os contratados A, B e C representam cerca de 38% do total contratado, conforme descrição abaixo:

(a) Contratado A: Prestação de serviços de apoio administrativo nos campi de Sumé, Sousa e Patos, conforme contratos 50/2014 e 35/2014. Prestação de serviços de portaria no campus de Sumé, conforme o contrato 55/2014 e prestação de serviços de motorista nos campi de Cuité, Sumé, Pombal, Patos, Sousa e Cajazeiras, conforme os contratos nº 25 a 30/2016.

(b) Contratado B: Prestação de serviços de apoio administrativo nos campi de Campina Grande e Cuité conforme contratos nº 44/2013 e 11/2018 e prestação de serviços de limpeza nos campi de Patos e Sousa conforme contratos nº 36/2016 e 37/2016.

(c) Contratado C: Prestação de serviços de locação de máquinas copadoras conforme contrato nº 40/2014.

Obs: Todos os contratos relacionados na Tabela 12 foram firmados pela UG 158195 (Sede) e têm vigência até 2019.



5.6 Balanço Financeiro

5.6.1 Ingressos

5.6.1.2 Receitas Orçamentárias

A entidade arrecadou diretamente o montante de R\$ 948.330,34, o que perfaz um percentual de 0,09% em relação aos ingressos totais. Essa arrecadação demonstra a incapacidade da instituição em arrecadar receita própria visando manter suas atividades, sendo a entidade mantida essencialmente por transferências financeiras recebidas da Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação. Em relação ao exercício de 2017 houve uma retração de 48,32%.

5.6.1.3 Transferências Recebidas

Dentre os recursos recebidos a título de transferências o maior aporte financeiro importa em R\$ 724.818.571,47, repassado pelo Ministério da Educação, órgão ao qual a entidade está vinculada. O referido recebimento está contabilizado na conta contábil 45112.02.00, evidenciando uma variação patrimonial aumentativa. Fazem parte também das transferências recebidas, os valores repassados para pagamento de restos a pagar e movimentação de saldos patrimoniais, devidamente contabilizados nas contas 45122.01.00 e 45122.03.00. As transferências recebidas apresentaram uma retração de 0,21% em relação ao exercício de 2017, conforme demonstra a tabela abaixo.

Tabela 13 – Transferências Financeiras Recebidas

	(R\$)		
	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Resultantes da execução orçamentária	836.801.191,28	827.852.435,59	1,08%
Repasso recebido	750.843.906,57	733.957.847,17	2,30%
Sub-repasso recebido	85.957.284,71	93.894.588,42	-8,45%
Independentes da execução orçamentária	38.043.735,21	48.861.863,21	-22,14%
Transferências recebidas para pagamento de RP	34.997.373,57	46.342.983,39	-24,48%
Demais transferências recebidas	500,00	0,00	
Movimentação de saldos patrimoniais	3.045.861,64	2.518.879,82	20,92%
Total	874.844.926,49	876.714.298,80	-0,21%

Fonte: SIAFI 2017 e 2018.

5.6.1.4 Recebimentos Extraorçamentários

No tocante aos recebimentos extraorçamentários representam basicamente restos a pagar inscritos ao final do exercício de 2018, com destaque para os restos a pagar não processados que totalizam R\$ 58.630.113,02.



5.6.2 Dispêndios

5.6.2.1 Despesas Orçamentárias

As despesas orçamentárias importam em 80,38% do total dos dispêndios da entidade.

5.6.2.2 Transferências Financeiras Concedidas

A maior parte das transferências financeiras concedidas resultantes da execução orçamentária referem-se aos sub-repasses realizados para as seguintes Unidades Gestoras: 158196 - Hospital Universitário Alcides Carneiro, 158197 - Centro de Formação de Professores, 158198 – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, 158199 – Centro de Saúde e Tecnologia Rural, 150154 – Centro de Educação e Saúde, 158301 – Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar, 158401 – Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido, 158701 – Centro de Ciências e Tecnologia, 158702 – Centro de Humanidades, 158704 – Centro de Engenharia Elétrica e Informática, 158705 – Hospital Universitário Júlio Bandeira e 158706 – Centro de Tecnologia e Recursos Naturais. A primeira unidade gestora acima relacionada foi a que recebeu o maior montante de recursos transferidos no exercício de 2018, R\$ 77.663.575,79. Os sub-repasses estão contabilizados na conta 35112.03.00. Houve também transferência de recursos para as UG's acima mencionadas visando o pagamento de restos a pagar e saldos patrimoniais, registrados respectivamente nas contas 35122.01.00 e 35122.03.00. As transferências concedidas apresentaram uma redução de 8,76% em relação ao ano de 2017, conforme evidencia a tabela a seguir:

Tabela 14 – Transferências Financeiras Concedidas

	(R\$)		
	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Resultantes da execução orçamentária	85.972.408,20	93.894.792,78	-8,43%
Repasso concedido	1.309,56	204,36	540,81%
Sub-repasso concedido	85.957.284,71	93.894.588,42	-8,45%
Repasso devolvido	13.813,93	0,00	
Independentes da execução orçamentária	4.543.812,79	5.312.891,91	-14,47%
Transferências concedidas para pagamento de RP	4.012.657,84	4.658.576,49	-13,86%
Demais transferências concedidas	1.450,00	0,00	
Movimentação de saldos patrimoniais	529.704,95	654.315,42	-19,04%
Total	90.516.220,99	99.207.684,69	-8,76%

Fonte: SIAFI 2017 e 2018.

5.6.2.3 Despesas Extraorçamentárias

No que se refere a despesas extraorçamentárias, praticamente todo o montante corresponde a restos a pagar não processados, R\$ 37.258.305,53.



5.6.3 Saldo Para o Exercício Seguinte

A conta caixa e equivalentes de caixa ao final do exercício 2018 ficaram com saldo de R\$ 62.504.833,22, havendo uma elevação 462,15% explicada no item 5.1.1.

Tabela 15 – Caixa e Equivalentes de Caixa

	(R\$)		
	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Caixa e equivalentes de caixa	62.504.833,32	11.118.842,77	462,15%
Total	62.504.833,32	11.118.842,77	462,15%

Fonte: SIAFI 2017 e 2018.



5.7 Balanço Orçamentário

5.7.1 Execução das Receitas

5.7.1.2 Receitas Correntes

O montante das receitas próprias arrecadadas pela instituição no exercício de 2018 importou em R\$ 948.330,04, o que representou uma queda de 48,32% em relação ao ano de 2017. O grupo Receitas de Serviços – Serviços administrativos e comerciais, apresentou o maior valor entre as receitas arrecadadas, R\$ 476.800,74, correspondendo a 50,27% do total. A origem dessa arrecadação é basicamente o valor obtido com a cobrança de taxas de inscrição em concursos públicos e inscrições em processos de seleção de pós-graduação, bem como taxas para expedição de documentos: diplomas, histórico escolar, certidões etc. entre outras.

Tabela 16 – Receitas Realizadas

	(R\$)		
	31/12/2018	31/12/2017	AH(%)
Receita patrimonial	439.028,64	449.266,05	
Exploração do patrimônio imobiliário	439.028,64	449.266,05	-2,27%
Receita agropecuária	1.650,00	163.912,39	
Receita agropecuária	1.650,00	163.912,39	-98,99%
Receita de serviços	476.800,74	543.276,67	
Serviços administrativos e comerciais gerais	476.800,74	543.276,67	-12,23%
Transferências correntes	30.850,96	678.816,42	
Indenizações, restituições e ressarcimentos	30.850,96	678.816,42	-95,45%
Total	948.330,34	1.835.271,53	-48,32%

Fonte: SIAFI 2017 e 2018.

Comparando a receita prevista com a receita realizada, percebe-se que o percentual arrecadado é de 85,58%. A frustração na arrecadação ocorreu em razão da metodologia utilizada pelo Governo Federal para elaborar o orçamento anual, que considera uma série histórica dos últimos orçamentos aprovados, o que na prática distorce os resultados por não considerar a influência dos fatos sazonais.

Tabela 17 – Receitas Orçamentárias: Previsão x Realização

	(R\$)		
	PREVISTA	REALIZADA	AH(%)
Receitas correntes	1.108.042,00	948.330,34	-85,58%
Total	1.108.042,00	948.330,34	-85,58%

Fonte: SIAFI 2018.



5.7.2 Execução das Despesas

5.7.2.1 Despesas Correntes

Em 2018 o total das despesas correntes empenhadas foi de R\$ 807.469.555,49, representando 104,52% da dotação atualizada. Esse fato aparentemente atípico justifica-se em função de outros órgãos descentralizarem créditos orçamentários para a UFCG, a exemplo do Ministério da Saúde, tais descentralizações estão contabilizadas em outras despesas correntes principalmente nos dois hospitais universitários vinculados a instituição, o Hospital Universitário Alcides Carneiro, em Campina Grande e o Hospital Júlio Bandeira de Melo, em Cajazeiras. O grupo pessoal e encargos sociais representa um percentual de 79,21% das despesas empenhadas.

5.7.2.2 Despesas de Capital

O Percentual das despesas de capital executado no ano de 2018 foi de 330,18% em relação a dotação atualizada. Esse fato justifica-se pelo mesmo motivo apresentado no item 5.7.2.1.

5.7.3 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

Analisando-se a composição dos restos a pagar não processados constantes na UFCG em 31.12.2018, a tabela a seguir detalha a execução pelas principais Unidades Orçamentárias.

Depreende-se dos dados da tabela abaixo que aproximadamente 66% do saldo de restos a pagar inscritos concentram-se na unidade orçamentária da sede do órgão, cujos recursos são destinados à efetivação das principais políticas relacionadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Tabela 18 – Execução dos Restos a Pagar Não Processados – Por Unidade Orçamentária

(R\$)

Unidade Orçamentária	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
26252 - UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	27.800.331,70	24.853.494,40	24.844.357,20	315.709,73	77.813.893,03
36901 – FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	9.243.276,39	7.827.539,58	7.662.527,15	146.442,45	24.879.785,57
26443 – EBSE RH	4.753.317,30	4.684.086,93	4.684.086,93	58.971,14	14.180.462,30
Demais	369.490,91	70.305,75	67.334,25	1.035,82	508.166,73
TOTAL	42.166.416,30	37.435.426,66	37.258.305,53	522.159,14	117.382.307,63

Fonte: Tesouro Gerencial 2018

Nota: A coluna 'Total Inscrito' representa a soma dos Restos a Pagar Não Processados (inscritos mais reinscritos).



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – Exercício 2018

Quanto ao total de restos a pagar inscritos na UFCG, apresentado na tabela abaixo, 66% pertencem ao orçamento do próprio órgão, enquanto 34% provém do orçamento de outros órgãos, conforme resumo apresentado na tabela a seguir:

Tabela 19 – Restos a Pagar Não Processados inscritos: origem do orçamento executado

Órgão	Inscritos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	(R\$) %
UFCG	27.800.331,70	24.853.494,40	24.844.357,20	315.709,73	77.813.893,03	66,29%
Demais	14.366.084,60	12.581.932,26	12.413.948,33	206.449,41	39.568.414,60	33,71%
TOTAL	42.166.416,30	37.435.426,66	37.258.305,53	522.159,14	117.382.307,63	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial 2018

A tabela abaixo mostra a composição dos restos a pagar na UFCG por Grupo de Despesa. Constata-se que aproximadamente 81% do saldo inscrito refere-se ao grupo outras despesas correntes.

Tabela 20 – Restos a Pagar Não Processados inscritos: Grupo de Despesas

Grupo de Despesa	Inscritos	Liquidados	Cancelados	Pagos	Saldo	(R\$) %
Outras despesas correntes	33.463.100,02	30.634.167,95	354.801,24	30.457.046,82	94.909.116,03	80,85%
Investimentos	8.703.316,28	6.801.258,71	167.357,90	6.801.258,71	22.473.191,60	19,15%
TOTAL	42.166.416,30	37.435.426,66	522.159,14	37.258.305,53	117.382.307,63	100,00%

Fonte: Tesouro Gerencial 2018



5.8 Demonstrações das Variações Patrimoniais

5.8.1 Variações Patrimoniais Aumentativas

5.8.1.1 Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos

No exercício de 2018 foram registradas com a exploração e venda de bens, serviços e direitos a importância de R\$ 908.349,30, o que representa uma retração de 21,62% em relação ao exercício de 2017.

5.8.2 Transferências e Delegações Recebidas

5.8.2.1 Transferências Intragovernamentais

As variações patrimoniais aumentativas mais expressivas no exercício de 2018 foram as transferências intragovernamentais efetuadas pelo Ministério da Educação, representado 99,71% do total das VPA's. Tais transferências destinam-se a quitação dos compromissos firmados no exercício findo, bem como das obrigações oriundas de inscrição em restos a pagar.

5.8.3 Outras variações Patrimoniais Aumentativas

5.8.3.1 Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

A entidade arrecadou em 2018, o montante de R\$ 337.676,39 com indenizações, registradas na conta 49961.01.00 e R\$ 216.395,07 a título de restituições, notadamente por ressarcimento ao erário por parte de servidores ativos e inativos, contabilizado na conta 49961.02.00.

5.8.4 Variações Patrimoniais Diminutivas

5.8.4.1 Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras

Este grupo apresentou variação negativa de 58,95% em relação ao exercício anterior, basicamente em razão da diminuição de encargos moratórios, bem com redução de descontos concedidos aos permissionários pela utilização de espaços físicos.

5.8.5 Transferências e Delegações Concedidas

5.8.5.1 Transferências intragovernamentais

A quase totalidade dessa variação patrimonial diminutiva refere-se a sub-repasses para as demais unidades gestoras do órgão para o pagamento dos compromissos do exercício de 2018, bem como os compromissos originados de obrigações inscritas em restos a pagar.



5.8.6 Desincorporação de Ativos

Em relação ao exercício de 2017 houve uma elevação de 1.305,66% neste grupo. O fato mais relevante que contribuiu para tamanha elevação foi a baixa de obras em andamento na UG 158705 – Hospital Universitário Júlio Bandeira de Melo.

5.8.7 Resultado Patrimonial do Período

Neste exercício a entidade apresentou um resultado patrimonial deficitário no montante de R\$ 2.616.360,59. O que representa uma queda de 115,18% em relação ao exercício de 2017.



5.9 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

5.9.1 Fluxo de Caixa das Atividades das Operações

5.9.2 Receitas Derivadas e Originárias

A receita de serviços apresentou um decréscimo de 12,24% em relação ao exercício de 2017. Esse decréscimo justifica-se em razão de no exercício anterior ter ocorrido a realização de concurso para servidores técnico-administrativos, fato sazonal que eleva a arrecadação desse tipo de receita.

5.9.3 Transferências Correntes Recebidas

As transferências correntes no montante de R\$ 874.844.926,49 foram recebidas principalmente da UG 150014 – Secretaria de Planejamento e Orçamento do Ministério da Educação, além de outros órgãos decorrente de descentralização de recursos, a exemplo do Ministério da Saúde.

Os repasses efetuados permitiram a viabilização das atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela entidade, uma vez que a arrecadação própria do órgão corresponde a apenas 0,10% dos ingressos.

5.9.4 Desembolsos

Em relação ao exercício de 2017 os desembolsos sofreram uma redução de 5,36%. Pessoal e demais despesas sofreram uma elevação de 10,64%, sendo a função Educação responsável por 57,18% dos desembolsos.

5.10 Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos

Não houve ingressos, os desembolsos quase na totalidade foram para aquisição de ativos não circulantes.

5.11 Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

Não foram verificadas transações.

5.12 Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

O fluxo de caixa das atividades de operações evidenciou ao final do exercício de 2018 um resultado negativo de R\$ 10.594.855,08, já o fluxo de caixa das atividades de investimentos evidenciou um resultado também negativo de R\$ 39.947,20, sendo a geração líquida de caixa no exercício positiva no montante de R\$ 51.385.990,45, devidamente explicada no item 5.1.1.